



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 392/2013

Denomina Amélia Barbosa Lopes,
o viaduto localizado na PR-445,
com a BR-369, que liga os
Municípios de Londrina e Cambé.

Art. 1º Fica denominado Amélia Barbosa Lopes, o Viaduto da PR-445, com a BR-369, que liga os Municípios de Londrina e Cambé.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2013.

Alexandre Curi
Presidente

Relator

Prof.
Lemos

Rose Vitorino



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 399/2013

Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da
Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 17.634, de 26 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR autorizado a efetuar a doação do imóvel dos lotes de terras urbanos sob nºs 296-A; 296-A-1; 296-A-3; 296-A-5; 296-C; 296-A-4/Remanescentes-B-"A" e B-"B", com área de 4.159,63 m², Matrícula sob nº 7.737 do Serviço Registral Imobiliário – 1º Ofício da Comarca de Jandaia do Sul, para o Município de Jandaia do Sul."

Art. 2º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 17.634, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

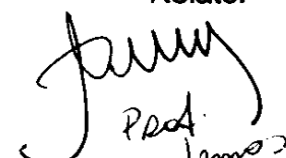
"Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


Pedro Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 406/2013

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a Festa do Londrina Matsuri – Festival da Primavera, realizada anualmente no mês de setembro no Município de Londrina.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Londrina Matsuri – Festival da Primavera, realizada anualmente no mês de setembro, no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Ruy Ribeiro


Relator


Prot. Leizaola



PROJETO DE LEI Nº 084/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR. 2012

Ruy
1º Secretário

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Segurança da Mulher, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a instituir o Programa de Segurança da Mulher – PROSEM, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que consiste em um conjunto de políticas específicas, no âmbito da ação de polícia, da proteção às mulheres vitimadas, da responsabilização dos autores de violência contra a mulher, da prevenção da violência de gênero e da qualificação das informações sobre as formas de violência que atingem particularmente as mulheres.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, entende-se o conceito de violência de gênero, utilizado aqui como sinônimo de violência contra mulher, nos termos da Convenção Interamericana para, prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (convenção de Belém do Pará), quais sejam: "...qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado."

Art. 2º. Caberá à Secretaria de Estado de Segurança Pública, através de setor especializado na execução de políticas de segurança para a mulher, implantar e gerir o PROSEM.

Art. 3º. As ações do PROSEM consistirão em:

I - apoiar o trabalho das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, realizando as articulações necessárias para garantir os recursos humanos e materiais indispensáveis ao bom funcionamento das mesmas;



II - assegurar a qualificação contínua dos funcionários das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;

III - preservar, aprimorar e expandir o projeto do núcleo de acolhida a mulheres vítimas de violência sexual, do Instituto Médico Legal, proporcionando-lhes atendimento especializado e a realização dos exames periciais em condições humanas e tecnicamente condignas.

IV - promover cursos e treinamento aos oficiais e praças, na Polícia Militar, além de consolidar e monitorar procedimentos específicos, relativos à abordagem policial nos casos de violência doméstica contra a mulher.

V - apoiar as ações do Grupo Executivo da Delegacia Legal, no sentido de criar, gerir e monitorar, em parceria com outros órgãos do estado, os abrigos para mulheres em situação de risco doméstico.

VI - consolidar e ampliar parceria com os Juizados Especiais Criminais e as Centrais de Penas e Medidas Alternativas, no sentido de encaminhar os homens acusados de violência de gênero para grupos reflexivos de gênero, complementarmente a outras penas ou medidas alternativas.

VII - implantar em escolas, comunidades e onde mais parecer pertinente e viável, grupos reflexivos de gênero, formados por jovens ou adultos, visando a prevenção da violência contra a mulher.

VIII - produzir e divulgar, regularmente, diagnósticos detalhados sobre os crimes que atingem particularmente às mulheres.

IX - Contribuir, através de campanhas informativas, para que a violência contra a mulher, bem como os recursos para enfrentá-la, ganhem visibilidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. A implantação e a execução do PROSEM, assim como o monitoramento das atividades que lhes são afetas deverão ter como base um diálogo estreito com os movimentos de mulheres, com os organismos da sociedade civil e do Estado (particularmente a Comissão de Segurança da Mulher e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher), bem como dos profissionais envolvidos no esforço de prevenção e redução da violência contra a mulher.

Art. 4º. As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 dias a contar da data da sua publicação.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de de 20 .

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Trata-se de propositura autorizando o Poder Executivo a implementar, regulamentar e incorporar a seu orçamento anual o Programa Estadual de Segurança da Mulher. Projeto similar ao apresentado pelo Governo do Rio de Janeiro, que de forma pioneira deliberou sobre o tema.

A proposição se faz pertinente e de suma importância na atual conjuntura de violência que acomete direta e indiretamente milhares de cidadãos e cidadãs, mostrando ser um dos mais graves problemas sociais. Neste aspecto as mulheres são vítimas preferenciais de varias formas de violência, destacando-se a violência crônica, contínua e progressiva, praticada dentro de suas próprias casas.

De fato, as consequências dos inúmeros tipos de violência doméstica são vastas e o impacto psíquico e físico sobre as vítimas e seus dependentes acarreta grandes gastos para o Estado em virtude de aposentadorias precoces, atendimentos médicos, ausência e atrasos no trabalho, também, queda de desempenho escolar de crianças que convivem em ambientes violentos e, não quando, resulta em fuga de casa para viver nas ruas, onde se inicia um novo ciclo de violências.

Pois bem, importante salientar que objetivando sobrepor os obstáculos constitucionais, como exemplos a criação de despesa para a administração pública, atribuições de secretarias, e eventual supressão de competência, a propositura é eivada de caráter autorizativo, respeitando, portanto categoricamente o princípio da separação dos poderes.

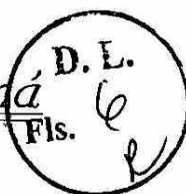
Deste feito, faz-se o Projeto de Lei com a finalidade de autorizar o Poder Executivo a implementar e ter condições de regulamentar a proposição, incorporando-a em seu orçamento anual.

Por fim, a aprovação do projeto, ora apresentado, impulsionará a consolidação de um instrumento eficaz na prevenção e redução de uma das formas mais antigas e abomináveis de violência: a violência de gênero.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Ante o exposto, faço votos de que os nobres Pares imbuídos do mesmo propósito unam-se na aprovação deste projeto.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 84/2012

AUTORA: DEPUTADA MARLA TURECK

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a Instituir o Programa Estadual de Segurança da Mulher, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, e dá outras providências.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Marla Tureck, tem por finalidade a criação do Programa Estadual de Segurança da Mulher.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33—A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Projeto de Lei em questão visa autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Segurança da Mulher, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal assegura os direitos da mulher em seu artigo 165, conforme segue:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por óbvio, no Estado do Paraná, a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade pública, a prevenção, apuração e repressão das infrações penais e dos atos anti-sociais, entre outros, cabe à Secretaria de Estado da Segurança Pública, nos termos do artigo 2º do Decreto Estadual nº 5.887/2005.

Art. 2º O campo de atuação da Secretaria de Estado da Segurança Pública compreende a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade pública, pela prevenção, apuração e repressão das infrações penais e dos atos anti-sociais; a identificação humana, civil e criminal, nos termos da lei; o registro e controle das informações criminais, garantindo os direitos individuais, o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos; a realização de exames de corpo de delito; a prevenção e a extinção de incêndios e a realização de buscas e salvamentos.

Destarte, a proteção às mulheres vítimas de violência é atribuição da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Além disso, a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual e forma que não há que se falar em vício de iniciativa.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida que o projeto é autorizativo e não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Elton Welter



Ainda, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

Não obstante a constitucionalidade e legalidade com relação aos itens acima elencados, o projeto de lei padece de ilegalidade, pois, já existe e encontra-se em plena vigência a Lei Estadual nº 15.128/2006, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher (lei anexa).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **ILEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 16 de Abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ELTON WELTER
Relator

APROVADO
1603.13 Gondim



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o RECURSO interposto à decisão dessa Comissão sobre o Projeto de Lei nº 084/12, de autoria da Deputada Estadual Marla Tureck que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA ESTADUAL DE SEGURANÇA DA MULHER, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I – RELATÓRIO.

O projeto de Lei (PL) nº 084/12, de autoria da Deputada MARLA TURECK, objetiva autorizar o poder executivo a instituir o programa estadual de segurança da mulher, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança e dá outras providências.

De acordo com a justificativa apresentada pela nóbre Parlamentar o programa, que visa o combate a violência contra a mulher paranaense, se faz pertinente no atual cenário considerando que a violência acomete direta e indiretamente milhares de cidadãos e cidadãs, mostrando ser um dos mais graves problemas sociais.

VISTA EM 02/10/13

Herma Traziane

Merlinda

Página 1 de 5



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Argumenta que o impacto financeiro ao erário é incalculável, com as consequências geradas pela violência doméstica contra a mulher, a exemplo aposentarias precoces, atendimentos médicos, ausência e atraso no trabalho. Outro ponto a se destacar, em sua justificativa, é que o mencionado tipo de violência também afeta o desenvolvimento de crianças.

Alerta em sua justificativa, que buscando evitar qualquer vício constitucional a proposição é feita em caráter autorizativo, respeitando, desta forma, o princípio da separação de poderes.

Uma vez protocolado o Projeto de Lei a Diretoria Legislativa desta Casa de Leis informou que o mesmo apresentava similitude com a Lei nº 15.128/2006, a qual autoriza o Poder Executivo a criar programa de combate a violência contra a mulher, junto a Secretaria de Estado da Saúde.

Fora apresentado parecer jurídico exarado pela Procuradora Geral do Estado afirmando que o PL apresentaria vício de iniciativa, uma vez que dentre as iniciativas privativas do Poder Executivo é definir as atribuições da Secretaria de Estado de Segurança.

Em sede desta Comissão, em um primeiro momento o Projeto de Lei foi rejeitado. Na oportunidade foi designado como Relator o Deputado Elton Welter (PT), o qual exarou parecer pela inconstitucionalidade, ao considerar que já existiria Lei Estadual em vigor (LE n. 15.128/2006, a qual criou o programa paranaense de combate a violência contra a mulher, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde).

Irresignada, com a decisão a Parlamentar apresentou recursos nos termos do RI desta Casa Legislativa.

Em suas razões argumenta que, em que pese o objeto de trabalho do PL em apreço e a legislação em vigor serem semelhantes, a matéria versada não apresenta similitude,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



inclusive pelo fato da legislação criar o programa junto à Secretaria de Saúde e o PL junto a Secretaria de Segurança.

O recurso foi conhecido pelo Presidente desta comissão, em vista a sua tempestividade, sendo nomeado este Parlamentar como novo relator.

É O RELATÓRIO.

II – DA ANÁLISE E DO VOTO

Conforme venho reiteradamente afirmando nos pareceres por mim exarados nesta Comissão de Constituição e Justiça¹, ao interpretar a sua competência regimental², o controle de Constitucionalidade preventivo por ela realizado não fica restrito somente em seus aspectos formais³, mas também materiais⁴ a luz da Constituição Estadual, Constituição Federal e do ordenamento jurídico em um modo geral.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: '*O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade*'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 300 e ainda, Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '*[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo*'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁴ Em relação a constitucionalidade material V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '*[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.*'



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Esta análise se presta justamente para se evitar a introdução de Leis conflitantes em nosso ordenamento, evitando preventivamente qualquer conflito quer seja jurídico e/ou social e assim garantido a integridade do ordenamento jurídico.

Em relação às formalidades do recurso interposto, àquelas previstas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, não se encontra qualquer óbice uma vez que interposto tempestivamente, conforme informado pelo Presidente desta Comissão ao conhecer do recurso. No mesmo sentido cabe a esta Comissão a análise das razões recursais conforme determina o artigo 33-A, §2º RIALEP, senão vejamos:

'Art. 33[...]

§2º O Autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão.'

O recurso interposto cinge-se apenas em relação ao fundamento que a proposição foi rejeitada pelo relator, ao considerar que já havia legislação que tratava da matéria e assim havia inobservância ao contido no artigo 7º da Lei complementar 95/98.

De fato, analisando a proposição e a legislação, a qual se baseou o então relator ao declarar a ilegalidade do PL (Lei 15.128/2006), assiste razão a recorrente considerando que não obstante a matéria versada em ambas as situações sejam semelhantes os campos de atuação são distintos.

Ou seja, enquanto o Projeto de Lei visa aperfeiçoar as ações da Secretaria de Segurança Pública em relação a violência doméstica, a legislação em vigor visa executar programas por intermédio da Secretaria de Saúde em relação a violência contra a mulher.

Desta forma entendo que o recurso deve ser provido, considerando que matéria não guarda semelhança com a legislação em vigor.

É O VOTO.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION

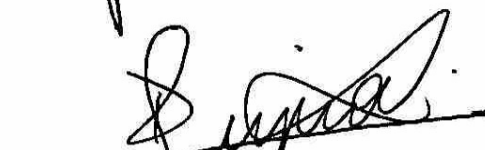


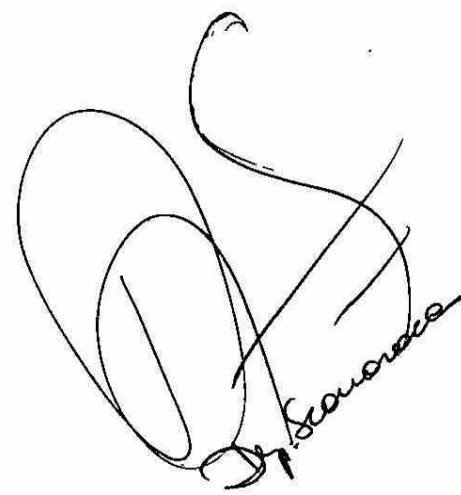
III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PROVIMENTO ao recurso impetrado pela nobre Deputada Marla Tureck à decisão desta comissão em relação ao Projeto de Lei nº 84/12, considerando que a matéria não guarda relação com a Lei Estadual nº 15.128/2006, conforme anteriormente referendado nesta Comissão.

Sala das Comissões, 09 de Julho de 2013.

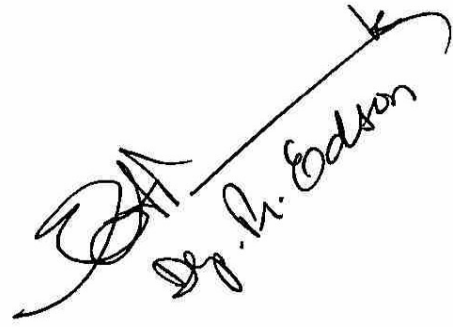

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


Deputado S. S. S. S. S.


Deputado S. S. S. S. S.


Deputado S. S. S. S. S.


Deputado S. S. S. S. S.


Deputado S. S. S. S. S.

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dup. Ademair
Traiano
09.07.13

APROVADO

09.07.13



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 084/2012

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA ESTADUAL DE SEGURANÇA DA MULHER, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei 084/2012 de autoria da Excelentíssima Deputada Marla Tureck, autoriza a implementar, regulamentar e incorporar ao orçamento anual do Poder Executivo o Programa Estadual de Segurança da Mulher.



FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto ora em análise obteve inicialmente parecer desfavorável da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, contudo, após Recurso da Deputada Autora, novo parecer fora exarado pelo seu provimento, dando assim a oportunidade desta comissão temática se manifestar sobre o assunto.

No que se refere à competência desta comissão cite-se o Art. 33-X, incisos I, II, III e IV elencado no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, senão vejamos:

Art. 33-X - Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres.

II - incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina.

III - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência.

IV - apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural. (gn)



Destaque-se, como bem demonstrado pelo Regimento Interno desta Casa o inciso IV do artigo 33-X, que diz que cabe a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher **APOIAR** da política estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.

Vale aqui também ressaltar o artigo 53 da Constituição Estadual do Paraná, na Seção II – Das Atribuições da Assembleia Legislativa – mais precisamente no inciso X, senão vejamos:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

X – criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado; (grifamos)

Outro campo de discussão tange-se pela similitude do PL 084/2012 com a Lei Estadual 15.128/2006. Entretanto, já bem afastada pelo relator do recurso na CCJ, uma vez que, apesar de semelhantes as situações, os campos de atuação são diferentes.

Assim, constata-se que o presente Projeto de Lei deve seguir seu trâmite normal, pois não guarda semelhança com a legislação em vigor, o mesmo vem para corroborar com a defesa dos direitos da Mulher, está amparado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e pela Constituição do Estado do Paraná.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos pela relevância do presente Projeto de Lei 084/2012 para a proteção da Mulher em nosso Estado e o parecer desta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher é **FAVORÁVEL** a continuidade da tramitação nesta casa de leis.

Sala das Comissões, 13 de Agosto de 2013.

DEP. CANTORA MARA LIMA

Presidenta

DEP. LUCIANA RAFAGNIN

Relatora

Assinatura de Dep. Fernando
Dep. Fernando

Assinatura de Dep. Luciana Rafagnin
Dep. Luciana Rafagnin



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA


PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 084/12

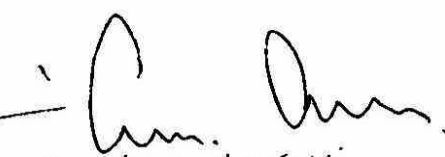
Em exame o Projeto de Lei nº 084/12, de autoria da Deputada Marla Tureck, que autoriza o Poder Executivo, a instituir o Programa Estadual de Segurança da Mulher, no âmbito da Secretaria Estadual de Segurança Pública, e dá outras providências.


Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.


Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

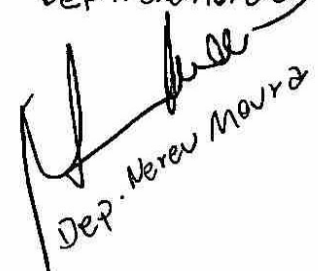
Sala das comissões, em 26/08/2013


Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


Dep. Alexandre Cuxi


Dep. Wilson Quinteiro


Roberto Aciolli
Deputado Estadual
Relator


Dep. Nereu Moura